

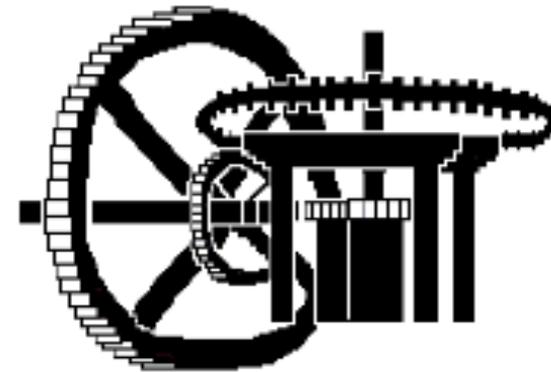


'A Rainha do Recôncavo'

História do Engenho do Conde

Em "A Rainha do Recôncavo, História do Engenho do Conde", o Historiador e Pesquisador Denilson Conceição Santana nos conta da matriz primeira do processo político, de exportação econômica e povoamento do Brasil colonial, o Engenho Real do Sergipe do Conde.

Tendo para isto a análise e autorização em escritores consagrados, chama-nos a atenção para a posterior formação da sociedade dos engenhos e da criação de vilas, como a de Santo Amaro no Recôncavo Baiano, palco de lutas, conflitos sociais e do nascimento de uma cultura singular nas artes.



Denilson Conceição Santana

ف

Ed. Faz de Conta

Denilson Conceição Santana

'A Rainha do Recôncavo'

História do Engenho do Conde

Copyright © Denílson Conceição Santana.

1ª edição: 2003.

Sumário

Obra sob Registro:

_ Biblioteca Julieta Carteado, Universidade Estadual de Feira de Santana. Nº de chamada: 981 S223r. SISBI.

_ Biblioteca da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Nº de chamada: Folheto 244. SISBI.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total deste livro, desde que citada a fonte. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SANTANA, Denílson Conceição.

A Rainha do Recôncavo, História do Engenho do Conde/
Denílson Conceição Santana. - Recôncavo Baiano: Editora Faz de Conta. 2015. 5ª edição. 40 p. Ilustrado.

1. Engenho do Conde. 2. Recôncavo Baiano. 3. Brasil - História. I. Título.

Apresentação

Introdução

1. O novo mundo: povoamento
2. Capitânicas Hereditárias
3. O Governo Régio
4. O Recôncavo e a produção do açúcar
5. Desbravamento e guerra ao gentio
6. Trabalho Escravo
7. O Engenho Real. Mem de Sá
8. O Engenho Real do Sergipe do Conde
9. O Engenho Real. Propriedade dos Jesuítas
10. O Engenho e a vila de Santo Amaro
11. Outros Proprietários do Engenho

Cronologia histórica

Bibliografia

Impresso no Brasil

APRESENTAÇÃO

Este pequeno livro se designa ao estudo da cultura do período colonial do Brasil, e em particular ao nascimento de uma economia restrita à produção de açúcar que vai do século XVI ao século XVIII, período em que se assentou as bases do povoamento na Bahia e de especial ao do Recôncavo Baiano, em cidades como Santo Amaro da Purificação, São Francisco do Conde, Cachoeira, Saubara, Maragojipe, Terra Nova, São Felix e tantas outras.

As notas inseridas neste pequeno, mas se quer grandioso e audaz livro, segue em bases sólidas de professores, historiadores e pesquisadores respeitados, e serve de material didático para futuros docentes e estudantes entusiastas da nossa história, além de prestar um serviço de resgate da memória e de discernimento cultural.

Elaborado a partir de uma proposta de tese que consta em afirmar o estabelecimento como de forma decisiva da Colônia Portuguesa em terras Brasileiras, no instauro de um Engenho real de açúcar de proporções imensas, e ao que tange em seu predisposto confirmar a criação mesmo que de forma discreta, de toda a civilização que viria a surgir no entorno da chamada Baía de Todos os Santos e em especial à sua hinterlândia, ao que hoje denominamos de Recôncavo Baiano.

Disto, veremos a importância que se firmou no comércio ultramarino entre os continentes africano e europeu tanto de utensílios, alimentos, especiarias, como de escravos e viajantes a procura de novos mundos.

Compreender estes parágrafos a que se seguem é reerguer a memória viva de nosso povo.



Descobrimiento do Brasil. Óleo sobre tela, Oscar Pereira da Silva, 1904.
Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Introdução

A história do Engenho Real do Sergipe do Conde inicia-se logo nos primeiros decênios após o Descobrimento do Brasil, sendo propalada no decorrer da era colonial. A sua instalação decorre em proveito do comércio ultramarino de exportação do açúcar, sendo a cultura agrícola e o tráfico de escravos uma pertença de suas moendas.

Do ritual do fabrico do açúcar, nasce as primeiras manifestações de canto de trabalho, o lundu negro, o samba, a capoeira, a dança, a diversificação da cerâmica, as diversas misturas de raças, a culinária dos negros e dos indígenas, e toda a sua miscigenação.

Na área do Recôncavo, onde foi instalado, hoje município de Santo Amaro da Purificação, às margens do rio Sergipe, encontro dos rios Subaé e Traripe, berço da região do 'massapê', ainda pode-se avistar suas poucas ruínas, vestígio de uma época gestante da cultura brasileira.

A este período a que chamamos de pré-colonial, que vai do descobrimento até a chegada da primeira expedição colonizadora oficial em 1530, é de notar a presença da terra crua e nativa que a princípio não chamou a atenção dos portugueses que estavam a procura de metais preciosos como o ouro. Somente havia uma grande quantidade de uma madeira muito utilizada em tinturas, o pau-brasil, que poderia ser comercializado, mais este foi arrendado os direitos de exploração a um grupo de comerciantes, os chamados exploradores de pau-brasil que usavam os Índios como mão-de-obra em troca de bugigangas, mercadorias sem valor português como pentes, panos coloridos, colares, espelhos e outros. Este tipo de troca ficou conhecido como escambo.



D. João III. Rei de Portugal. Óleo sobre tela do pintor Francisco de Holanda.
Data desconhecida.

O novo mundo: povoamento

Assim, em 1530, o Rei de Portugal, D. João III, conscientizado em povoar as novas terras em detrimento de mantê-las protegidas de invasores de outros países europeus e de descobrir novas fortunas (pedras e metais preciosos), envia a primeira expedição com o intuito de assentar as bases do povoamento português no Brasil, dando ao conquistador Martin Afonso de Souza a nomeação para tal feito.

Martin Afonso de Souza trouxe as primeiras mudas de cana, combateu navios franceses em busca de pau-brasil (madeira nobre usada como corante na Europa), distribuiu terras, e estabeleceu administradores de vilas para toda a costa brasileira, além de virem com ele mais ou menos umas 400 pessoas, trabalhadores, soldados, padres e navegadores.

Esta breve solução de colonizar as terras recém descobertas rendeu ao governo português enquanto Metrópole a posse de mantê-la como um pólo produtor e dependente direto dos interesses econômicos e da burguesia mercantil, onde como uma colônia de exploração o Brasil seria governado por um conjunto de leis que determinavam a sua dominação a que ficou conhecido como pacto colonial.

Deste pacto, o Brasil só poderia produzir o que Portugal não produzia como matérias-primas e produtos tropicais como açúcar, algodão, fumo, madeiras, etc, e dependeria deste para conseguir manufaturas e escravos.

A colonização, no entanto, foi marcada principalmente pela produção do açúcar, desde quando da fundação da primeira vila do Brasil, a de São Vicente em São Paulo, onde os colonos iniciaram o plantio de cana-de-açúcar e ter instalado o primeiro engenho de açúcar no Brasil.



Capitanias hereditárias

Capitanias Hereditárias

Em 1533, o rei D. João III, sabendo da grande dimensão das terras, resolve povoar e assegurar ainda mais o Brasil, sendo adotado o sistema de capitanias hereditárias, onde o território brasileiro foi dividido em quinze partes, concedidas a doze donatários que possuísem o título de capitão, sendo que a seus filhos cabia o direito de herdá-las.

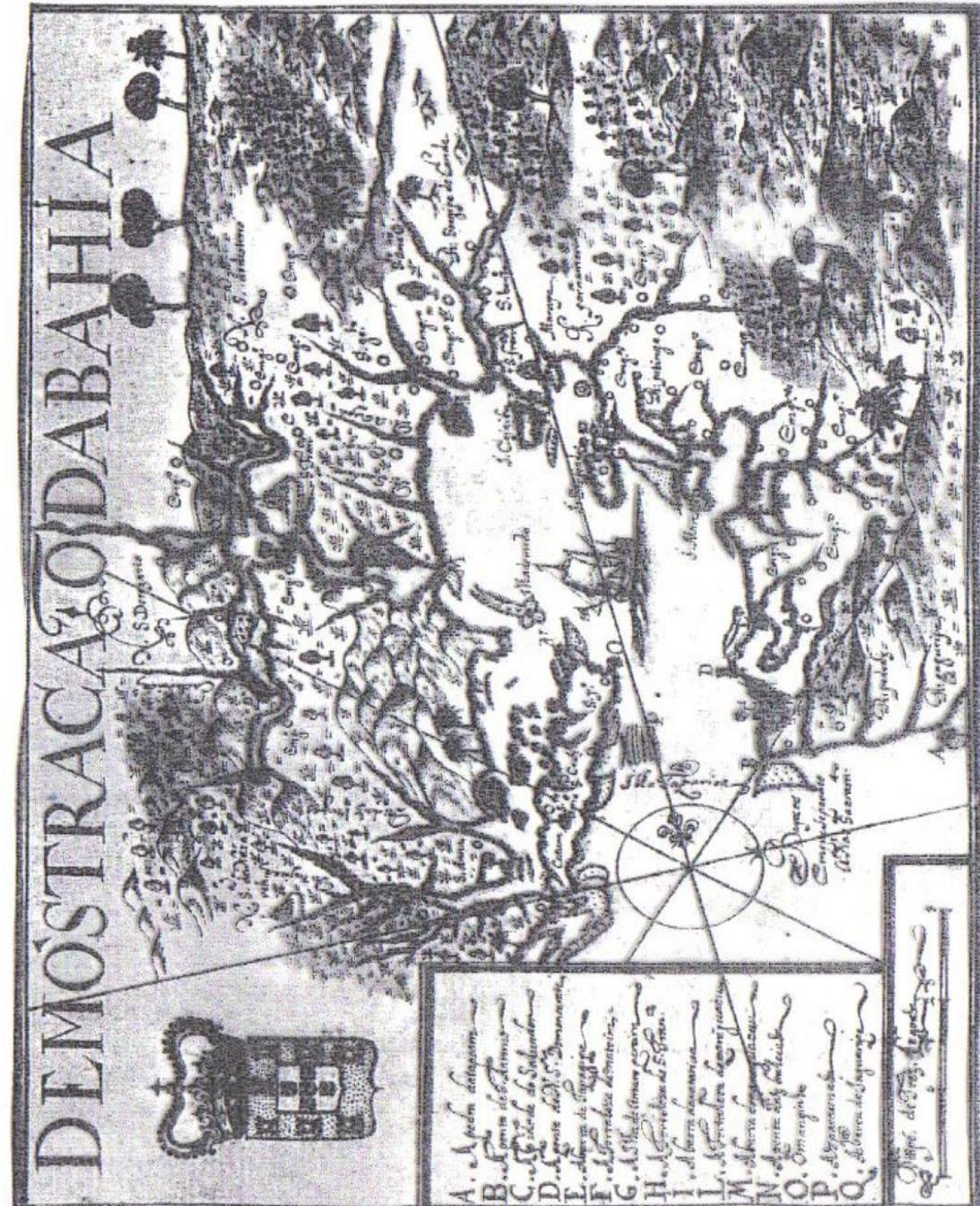
A parte que abrange todo o território da Baía de Todos os Santos e Recôncavo foi entregue a Francisco Pereira Coutinho, nobre serviçal da Coroa, que chegando em 1536, fez construir dois engenhos ao longo da Baía, que foram destruídos pelos índios durante um combate em 1540.

A este sistema político de administração, as capitanias eram hereditárias porque os direitos dos donatários eram passados de pai pra filho sendo a carta de doação o documento pelo qual o rei concedia uma capitania a um donatário e o foral o documento que determinava os direitos e deveres dos donatários e direitos do rei.

Cabiam aos donatários: fundar vilas, cobrar impostos em sua capitania, aplicar leis, transferir as capitanias a seus herdeiros e doar sesmarias.

Eram deveres dos donatários: colonizar e defender a terra com seus próprios recursos e manter a fé cristã em sua capitania. Os direitos de Portugal seriam a de: monopólio sobre o comércio da colônia e sobre a exploração do pau-brasil, pedras preciosas, sal e tabaco, e de cunhar moedas que circulavam no Brasil.

Devido ao fracasso desse sistema de capitanias, Portugal criou o sistema de governo-geral, que durou até a chegada da família real em 1808, onde a centralização de poder era o fato.



Mapa do Recôncavo século XVIII. Baía de Todos os Santos, Engenhos no Recôncavo.

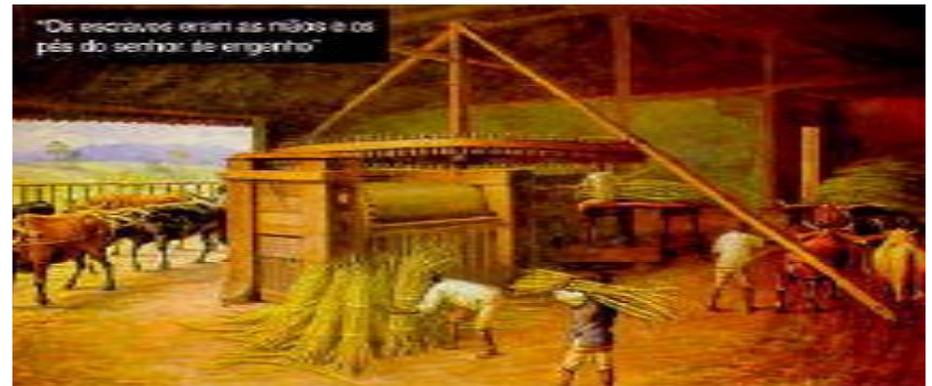
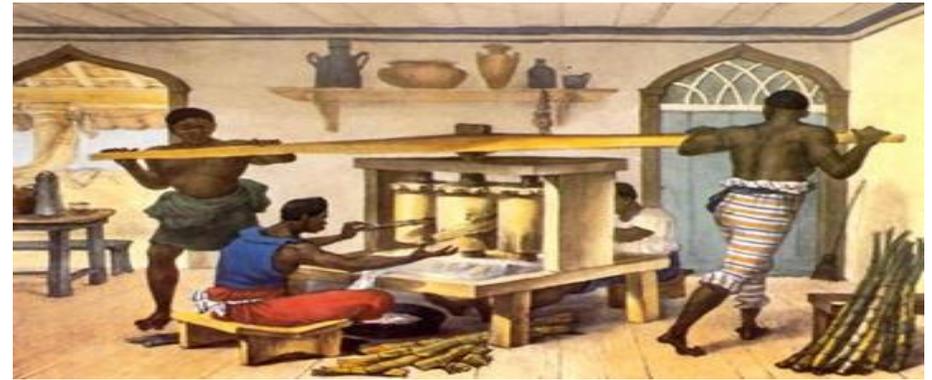
O Governo Régio

Assim, a Coroa Portuguesa ciente de uma nova estratégia para defender suas possessões na América, decide estabelecer em 1548 o controle Régio, nomeando um governador e outros oficiais para residir na colônia. Tomé de Souza foi o primeiro governador geral e em 1549 começa a construir uma capital colonial. A cidade, logo batizada de Salvador da Baía de Todos os Santos, permaneceu como capital do Brasil até 1763.

Tomé de Souza recebeu um documento real, conhecido como Regimento de 1548, que era um conjunto de leis criado pelo governo português para o Brasil que estabelecia as primeiras funções dos governadores-gerais: procurar ouro no interior, estimular a catequese e ajudar as capitanias no que fosse necessário. Este ainda promoveu o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e um fato curioso o de mandar vir de Portugal algumas moças órfãs para casarem e constituírem famílias católicas no Brasil.

Para manter o desenvolvimento da colônia, foram aos poucos sendo trazidos elementos de tradição portuguesa como comidas, mantimentos, animais, frutas e verduras, além da tarefa de plantar e de cultivar alimentos em 'terra brasilis'. Para tal feito, escravos de maioria Africana foram designados.

Disto, na condição de colônia, o governo régio começa a pesquisar um local estratégico na instalação de um engenho real de açúcar, tendo no Recôncavo o local ideal para a sua implantação devido a grande área plana que se aprofunda em direção ao sertão, solo fértil, rios, e amplo berço de cais onde se poderiam ancorar suas embarcações.



Principais tipos de Engenho:
Engenho manual, de bois (trapiche) e Engenho Real/ Hidráulico.
Havia ainda os tipos: Bangüê (a vapor), Entrosa: pequeno engenho movido por três paus, Gangorra e Fogo-morto.

O Recôncavo e a produção do açúcar

O Recôncavo é uma vasta área que se aprofunda ao longo da Baía de Todos os Santos. Desembocadouro de vários rios e vasta fauna foi sendo usada como fonte de ancoradouro para a frota de naus e navios da Coroa portuguesa e desbravamento de território além do período colonial, tendo ao longo de suas terras o principal fornecedor de produtos agrícolas e de pecuária para a capital do Brasil colonial.

Desta feita, e observando as ótimas condições geográficas e climáticas do Recôncavo para o plantio de cana, o “berço do massapê” como era chamado por alusão ao solo fértil e escuro, ficou patente a criação de uma indústria açucareira na região em proveito local e de exportação.

Vários engenhos menores foram criados ao longo e às margens da baía, e a essa área a que corresponde hoje o município de Santo Amaro da Purificação, no encontro do rio com o mar, fez-se erguer seu maior engenho real.

Dos engenhos, “uns se chamam reais, outros inferiores, vulgarmente chamados de engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes que se compõem e todas as oficinas, perfeitas, cheias de escravos, com muitos canaviais, próprios e outros obrigados; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença dos demais que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou pelo menos com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente...”(1).

Na verdade, se considerarmos o montante de mão-de-obra, área plantada, números de escravos, comércio livre

interno, o número de engenhos na área denominada de recôncavo baiano teríamos mais de 300 engenhos contando-se aí os manuais, reais de pequeno porte, entrosas, de bois, a vapor e outros.



Guerrilhas. Pintura de Johann Moritz Rugendas, 1835.

Desbravamento e guerra ao gentio

Os primeiros passos de incisão no Recôncavo foi em 1557, onde os civilizados travaram renhidas batalhas com os selvagens às margens do rio Traripe num local conhecido como Pilar.

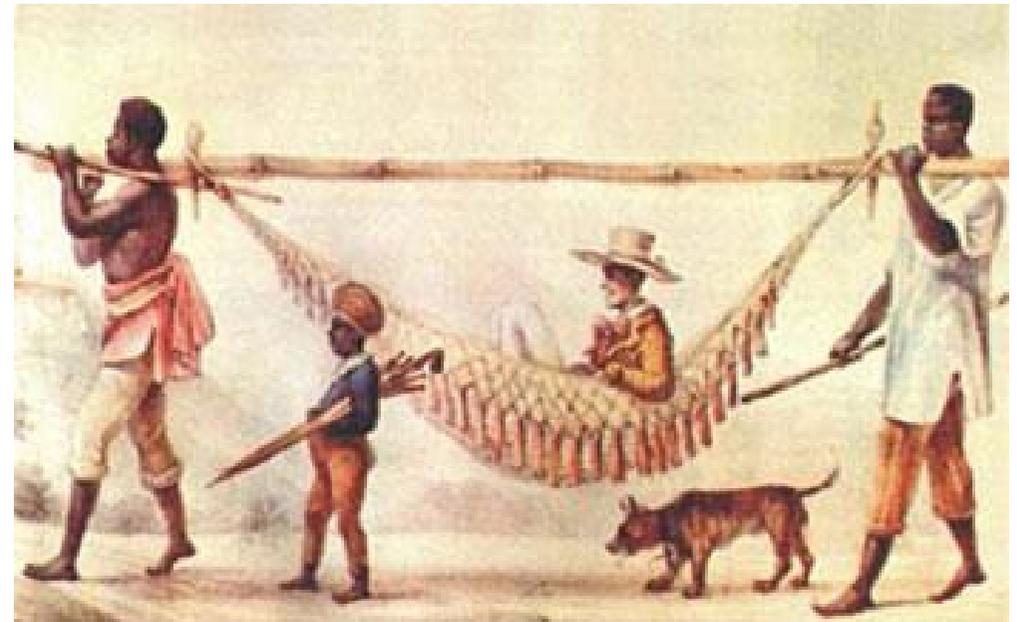
Desta forma, o crescimento de tal economia no Recôncavo acompanhou as linhas gerais da expansão política e militar dos portugueses em detrimento dos indígenas da região. Esse processo fez-se ainda mais contundente durante o governo do 3º governador geral Mem de Sá (1558-1572), que fez pessoalmente o desbravamento da região do recôncavo contra os índios residentes.

Assim, "no uso do Instrumento de Serviços, estando aynda nos Ilhéos me foram novas como ho gentio de Peroaçu (Paraguaçu) estava alevantado... e logo me fiz preste e me vim a esta capitania, e praticando ho caso lhes disse que todos fizessem prestes... e em menos de oito dias fuy com trezentos branqueos e dois mil yndios de pazes, e .entrey e rodeey todo ho Peroaçu tendo muitas palejas e lhes destroy cento e trinta e tantas aldeias..." (2).

Em 16 de Janeiro de 1559 foi definitivamente povoado e em 1591 já era Curato (povoação pastoriada eclesiasticamente por uma cura - vigário), por ocasião da visitação do Santo Ofício.

Os índios aqui residentes, do ramo dos Aimorés, eram os 'abatirás'. Ocupavam a Patatiba, área com cerca de 10 Léguas quadradas com aguadas, pastagens, além de ótimos solos de massapé e ceilão. Viviam em luta constante com os Tupinambás da Barra do Paraguaçu que vinham em busca do pescado e mariscos. Viviam em comunidade, separados por habitações construídas de sapé ou de palmeira, distribuídas em volta de um grande círculo, o

centro da aldeia. As mulheres cuidavam das crianças, cozinhavam e tomavam conta de pequena lavoura, como milho, mandioca, abóbora, abacaxi e legumes. Os homens caçavam, pescavam, guerreavam e derrubavam a mata para fazer roçados. Domesticavam alguns animais como o macaco e o papagaio, criavam cães, galinhas, porcos e coletam frutos e raízes, sendo que tudo que obtinham era dividido igualmente entre as pessoas da comunidade. Eram poligâmicos e quando atingiam a puberdade iam para a casa sagrada dos homens, onde iniciavam, com os índios mais velhos, o aprendizado sobre a caça, a pesca, a guerra, o canto e os mitos religiosos.



Tela de Jean Baptiste Debret
"Voyages au Brésil: Retour d' un propriétaire" (1816-1831)

Trabalho Escravo

O uso de mão-de-obra no Engenho Real do Sergipe do Conde se deu de forma cautelosa na medida em que nativos indígenas e escravos negros foram sendo subjugados e tornando-se aliados na força de produção alimentícia que sustentava o Engenho.

Trabalhando dentro e fora do Engenho, nas lavouras de cana e na plantação de alimentos para o próprio subsídio (farinha, frutos, cereais), a exploração desses homens compreende uma etapa particular da formação do Brasil colonial, sendo diferenciado o tratamento dado a Índios e negros durante os vários proprietários do Engenho.

No começo da História do Engenho foram empregados de maioria escravos nativos da região litorânea da baía, indígenas do tronco Tupinanbá (Tab. A), que foram acautelados pela superioridade técnica e de instrumentação a que possuíam os colonizadores, como armas, anzóis, bugigangas, facas, machados e outros instrumentos de trabalho. No século XVII, com o desenvolvimento da cultura açucareira, negros trazidos da África foram incorporados ao trabalho no engenho, como criados particulares ou trabalhadores especializados.

Os principais grupos escravizados foram os sudaneses, os bantos e os malês (sudaneses islamizados, isto é, de origem muçulmana). Os negros eram embarcados, geralmente em Angola, Moçambique e Guiné e desembarcados em Salvador e diretamente no engenho do Conde.

Na produção do açúcar no Engenho Real do Sergipe do Conde, também havia uma pequena diferenciação nas etapas do processo deste, sendo os negros mais aptos ao

trabalho nas moendas onde se extraía o caldo das canas, e na casa de purgar, local onde o melado da cana era armazenado dentro de vasos de barro para branquear. Os indígenas desenvolviam o trabalho na plantação de subsistência, caça e pesca.

Conquanto à vivência mista destas raças com o homem branco europeu, eram freqüentes as epidemias, como sarampo, varíola, gripe e viroses, pois não possuíam defesas naturais para os novos hábitos instalados ao redor dos campos do Engenho e da vida em comunidade.

A descaracterização e insurreição de uma cultura miscigenada nas senzalas e aldeias ao longo do Engenho é mister conquanto aos valores da culinária, música, dança, lutas e "modus vivendis" apresentados a partir deste período.

Tabela A

Etimologia de alguns nomes próprios em língua tupi
Engenho Sergipe, 1572-4

Nome	Provável derivação
Pejuira	peju = soprar; ira = separar (interrogativo)
Pedro	rari rari = nascido
Itaoca	Ita = pedra; oka = casa
Ocaparana	Oka = casa; parana = mar
Mandinagem	Mandio = mandioca; nhae = panela
Antonio	Jaguare = jaguara = jaguar
Francisco	Tapira = boi
Birapipo	Bira = ybyra = madeira; pipó é um interrogativo
Cunhamocamarava	Kunhãmuku = moça em idade casadoura;
Maravamarabá	= filho de índio com forasteiro
Ubatiba	Uba = porto, coxas, ovas de peixe;
tyba	= desinência que indica plural

Fonte: Inventário do Engenho Sergipe.

O Engenho Real. Mem de Sá

À posse de tantas terras, Mem de Sá não hesitou em garantir para si o melhor local para a construção de um engenho Real. Nesse local haviam índios caetés, logo convertidos.

Situado bem no coração do Recôncavo, sendo que a essas terras foram parte duma grande sesmaria que ia de Marapé até a ponta de Saubara, e constava de “uma ágoa que ésta em Seregipe, que he o próprio rio que está em Seregipe, com duas légoas de terra ao longo do mar, convém a saber, meia légoa de terra da boca do rio para encontrar Passé, e legoa e meya da dita bôca para encontrar Perassú, quatro légoas para terra dentro léste oeste e assy duas ilhas que estão defronte da bôca do rio, convem a saber Cahyba e a outra a que não sabem o nome, que está junto da grande, da banda do Perassú” (3).

A esta demarcação corresponde hoje aos municípios de Saubara, Santo Amaro da Purificação, São Francisco do Conde, São Francisco do Paraguassú e São Sebastião do Passé.

Assim, no local onde deságua o rio Sergipe (Seregipe), Mem de Sá fez instalar em 1563, o seu, depois famoso “engenho de asuqueres”. Este engenho atípico, possuía casa forte e de purgar, grandes canaviais e pastagens, além de 350 cabeças de gado nos currais da região de Saubara e Acupe. Era constituído de: “huma caza fortaleza nova, de pedra e cal, telhada de novo, e mea assoalhada, e toda cerquada de madeiras pera se fazer barandas, a qual está por assoalhar. Perto da casa, depois abandonado, existiu hum baluarte telhado e cerquado de páo a pique de redor, onde residiu seu parente Simão de Sá” (2).

As visitas que fazia ao Engenho Real de Sergipe, Mem de Sá o fazia para acompanhar o andamento dos trabalhos e fiscalizar os serviços de plantio, colheita e moagem, sendo que algumas vezes em que “ia ver um engenho que fez em Seregipe ia de noite e deixava um pagem na escada que dissesse que estava ocupado a quem por ele perguntasse, o qual não mentia, porque aonde quer que estava se ocupava...”(3).

A “caza fortaleza” possuía, entretanto, pequeno armamento: “um esmerilhão de ferro (outro estava na casa de purgar o engenho), 4 espadas velhas, sete côrpos d’armas de algodão, 9 espingardas e um arcabuz, e 490 frechas”. Ainda, 20 arráteis de pólvora de bombarda no “baluarte telhado” e 6 ou 7 arráteis de pólvora para espingardas. Também, um atambor...”(3).

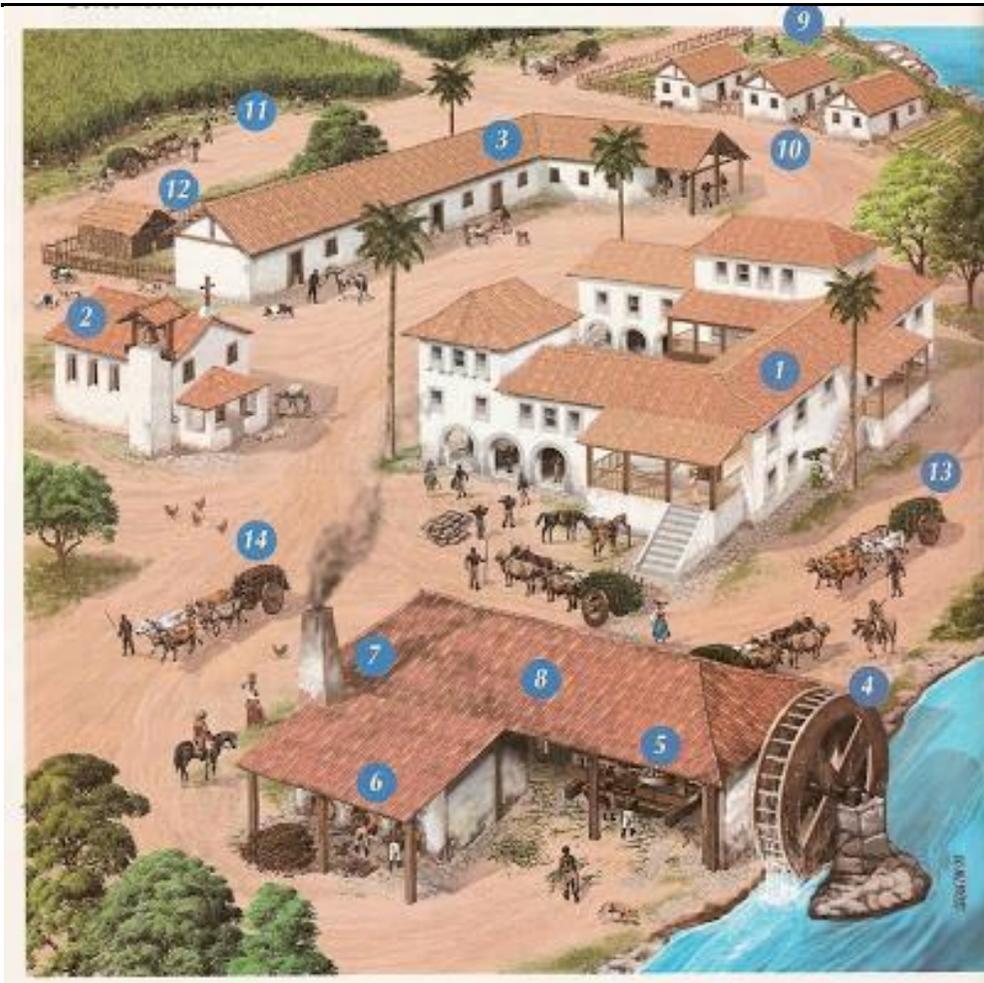
Havia para os serviços do engenho, 259 escravos, mais 95 escravos e 4 escravos para os trabalhos dos campos e da “casa fortaleza”. Desses escravos, muitos eram negros, cativos de Angola e da Guiné, e outros eram indígenas nativos da região.

Neste engenho, doravante o maior do período colonial brasileiro, tanto em produção, área cultivada, escravaria, moenda e exportação, foi palco da sociedade dos engenhos e local primeiro da futura vila de Santo Amaro (1727) e de outra localidades circunvizinhas, visto que outros engenhos se desenvolveram ao redor deste, fazendo da região o coração açucareiro do período colonial. Daí, ser conhecida como “A Rainha do Recôncavo”.

Nesta época, em final do século XVI e até o fim do século XVII, a sociedade colonial brasileira vivera de formação escravista e rural, onde o engenho era o centro da vida social. Possuía uma aristocracia de poder sobre as terras seu senhor e as pessoas que viviam em sua propriedade. A mulher não tinha prestígio e o patriarca, como no caso de Mem de Sá, tinha o poder de vida e morte sobre seus familiares e escravos. Para a filha do patriarca só restava dois caminhos: ou casava – com o marido escolhido pelo pai – ou ia para o convento.

Além do Engenho do Conde, Mem de Sá construiu outro engenho na região na foz do Rio Pitinga, o Engenho Marapé.

O Engenho Real do Sergipe do Conde



Representação de um engenho real. (1) Casa-grande, (2) Capela, (3) Senzala, (4) Moenda, (5) Extração do melaço, (6) Forno, (7) Caldeira, (8) Casa de purgar, (9) Roçado, (10) Pelourinho, (11) Canavial, (12) Cabana de escravos, (13) Transporte de cana, (14) Carro de Bois. (Ilustração Fonte: Revista Brasil)

Havendo morrido Mem de Sá, na cidade do Salvador a 2 de março de 1572, todo seu dote passa para as mãos de seus dois filhos vivos, conforme testamento deixado pelo 3^a governador. Francisco de Sá herda o patrimônio, mas vem a falecer oito meses depois. Disto, toda a propriedade passa para uma única herdeira, a dona Felipa de Sá, que a esta época vivia uma vida religiosa no convento dominicano de Santa Catarina de Sena, em Évora, Portugal. Para dar continuidade à linhagem da família, em 1573, contratou-se seu casamento com dom Fernando de Noronha, herdeiro do título de Conde de Linhares. O casamento, segundo um contrato de dotes e arras e metade dos adquiridos fazia do casal proprietários de outros engenhos, dentre eles o engenho Santana, em Ilhéus, considerado o segundo maior engenho do período.

De 1576 a 1618, os maiores engenhos do Brasil pertenceram ao Conde e à Condessa de Linhares, sendo que nesse espaço de tempo foi administrado por residentes enviados de Portugal. No Engenho Sergipe do Conde, como passou a ser chamado, verificaram-se vários levantes e ataques dos gentios, além de ser incendiado em 1580 e ter várias extensões de terras vendidas para suprir cana de açúcar na moenda.

Em 1592 possuía o maior porto do período colonial, O Ancoradouro do Conde.

A população do engenho neste período ficou dividida em duas classes opostas: a do senhor de engenho e do negro escravo. Sendo completados por: mulatos e mulatas, normalmente filhos do senhor com escravas, o padre capelão, os negros fugidos, os roceiros, além de alguns trabalhadores livres como: o feitor, o mestre de açúcar e o caixeiro.

O Engenho Real. Propriedade dos Jesuítas



Principal Rota Marítima do Engenho do Conde para a África e Europa.

Os Jesuítas são padres da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa fundada no século XVI por Inácio de Loyola para combater os protestantes, reafirmar a fé cristã, defender a Igreja e divulgar o catolicismo.

Com a morte do Conde de Linhares em 1617, a condessa Dona Felipa faz um testamento onde deixa todos os seus bens, no Brasil e em Portugal, para o Colégio Jesuíta de Santo Antônio. Os padres Jesuítas instalados no Brasil reclamam a posse, o que gera um longo processo jurídico de onde se origina uma série de correspondências, memorandos, citações e decisões legais, além de registros contábeis anuais, tornando esse engenho o mais bem documentado do período colonial. Nesse período, em 1625, o engenho é atacado por Holandeses e destruído parcialmente. Até que em um acordo passa a ser administrado por ambos os colégios até a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, quando todos seus bens foram confiscados pela coroa Portuguesa.

Desde o princípio os Jesuítas executaram um papel de extrema importância no Recôncavo, tendo como modelo de base à cidade do Salvador, com seus Santos Ofícios e engenhos que caracterizaram a colonização da capitania. As divisões por paróquias foram acompanhando o crescimento populacional. No Engenho Sergipe o ofício religioso acompanhou o desenvolvimento local conquanto através do missionarismo católico entre os nativos e os negros.

Para tanto, no Engenho Sergipe havia em seu solo uma pequena igreja que foi construída e dedicada à conversão por ordem de Nossa Senhora da Purificação em 1591. Esta capela pertencente a Mem de Sá, que ali levantou “no seo Engenho hua Ermida, & como elle era devotíssimo dos primeiros Padres de Companhia que passarão pelo Brasil...” mandaria alguns

desse padres à conversão dos gentios, e elles lhes darião o arbitrio de que se levantasse no seo mesmo Engenho, que já o teria feyto, huma Igreja para nella se dar o Baptismo aos Índios e se lhes fazer Doutrina...nessa mesma Igreja, dizem alguns que colocara logo em seus princípios huma Devotissima Imagem da Mãy de Deos pelos primeiros Padres que forão à redução e conversão dos gentios, com o titulo da Purificação. E outros querem por firme tradição a collocara naquela Igreja o seu primeiro Parocho depois que foy erecta em Parochia de todo aquelle grande districto, & que elle a mandara fazer à cidade de Lisboa, & assim desde o seu principio lhe aquella Senhora Padroeyra & Orago daquela Parochia...”(4).

Esta pequena capela existente dentro das terras do engenho do Conde foi de extrema importância na educação dos colonos e nas primeiras conversões e catequese dos índios e alguns negros, pois o próprio mercado interno colonial dependia deles intrinsecamente ligada a grande propriedade agrícola, o latifúndio, que subjugada com os negros formava a base da sua economia: monocultura, escravista e exportadora, o que ficou conhecido e designado pela expressão inglesa de ‘plantation’.

No entanto, com o passar dos anos, formou-se outras formas de produção além dos latifundiários do açúcar e dos comerciantes portuários envolvidos na exportação para a metrópole, como uma considerável parcela de pecuaristas ou de pequenos proprietários produzindo alimentos como milho, mandioca, feijão e arroz para o mercado interno. Essa produção era essencial para grande parte da população colonial. A criação de gado também foi uma das principais atividades econômicas ligadas à vida no engenho, pois os bois abasteciam a pessoas com carne e couro e também eram utilizados como força motriz e meio de transporte.



Igreja beneditina de Santo Amaro (1667).

O Engenho e a vila de Santo Amaro

Na mesma sesmaria do Engenho Real do Sergipe do Conde e ainda propriedade de dona Felipa de Sá, as terras ao longo dos rios Sergipe, Traripe e Subaé começam a ser desmembradas, constando o primeiro desmanche ocorrido em 22 de novembro de 1602, quando foi vendida a Gonçalo Alves, as terras conhecidas pelo nome de “várzea de Santo Amaro”... pelo Procurador da Condessa de Linhares, Francisco Negreiros.

Em 1667, “n/huma pequena povoação de alguns vizinhos”, constroe-se uma igreja dedicada a Santo Amaro, um dos abades da Ordem Jesuítica, dando início á freguesia.

Conquanto á paróquia do Engenho do Sergipe do Conde, tendo o seu templo deteriorado em 1678, os jesuítas alegando “grande perturbação e encommodo espiritual e temporal”, decide construir uma nova matriz enquanto que mudam de sede da Freguesia para a capela dedicada a Nossa senhora do Rosário do engenho de mesmo nome, ás margens do rio Traripe. Neste local tendo sido um Vigário assassinado por um Indígena, o local foi profanado. Assim, os moradores resolver se transferir para os arredores da Igreja de Santo Amaro, ao longo do rio Subaé.

A respeito da nova Matriz da Purificação, esta começa a ser edificada a “hum tiro de pessa, rio acyma” e “esta se fundou em huma muyto alegre & virtuosa planície” no ano de 1700, sendo sua primeira missa realizada em 18 de outubro deste mesmo ano. Nesta Paróquia de Santo Amaro, em 1720, e ainda de dependência escravista, verificou-se a presença de 400 homens livres de sexo masculino, além de 36 engenhos e por “haver nela o pôrto mais principal daquele Recôncavo para a conduções de assucares, tabacos, madeiras, com um trapiche donde todos estes se embarcam para a cidade da

Bahia” (5), até ser elevada à categoria de vila em 05 de Janeiro de 1727 pelo então Governador da Bahia Vasco Fernandes César de Menezes, o conde de Sabugosa, o vice-rei que mais enviou ouro pra Lisboa. Em 1774 a vila tinha 4 freguesias e 14.300 almas.



Igreja e Praça da Matriz de Nossa Senhora da Purificação. Inaugurada em 1700,
Foto de autor desconhecido.

Outros Proprietários do Engenho

Após a partida dos Jesuítas do Brasil por parte da Companhia de Jesus, o Engenho Sergipe vai a pregão público (circa 1759), sendo arrematado pelo padre Luís de Souza Oliveira, e posteriormente pelo Dr. Antônio Ribeiro de Migueis (Guimarães). E em 1770 pertencem aos Irmãos Gaspar de Alvares de Sá. Em 1812, junto com três engenhos, eram de propriedade de Simão Alvares da Silva, e em 1817 foram arrolados como pertencentes a dona Maria Joaquina Pereira de Andrade, uma das mais ricas proprietárias de escravo no Recôncavo.

Durante este período onde esteve em mãos de vários proprietários e donatários, o Engenho Real do Sergipe do Conde assistiu a transição do trabalho escravo para o assalariado, a queda da produção pelo cultivo de outros produtos agrícolas, a concorrência internacional, as cheias do rio Subaé, a mudança para moendas a vapor no século XIX e o desenvolvimento natural e populacional fez com que o mesmo fosse aos poucos parando de moer e produzir.



Cais do "Conde". Principal Porto do Recôncavo. Foz do rio Subaé. Antigo Porto e saída do bonde para a cidade de Santo Amaro. (Fotografia, autor desconhecido).



Ruínas do Cais e do Engenho do Conde (Foto de autor desconhecido, provável anos 70)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1500- Chegada dos portugueses ao Brasil.
- 1518- Registro de primeiro engenho em terras brasileiras.
- 1533- Capitânicas hereditárias.
- 1536- Chegada de Francisco Pereira Coutinho a Bahia.
- 1537- 1ª engenho real na Bahia.
- 1549- Tomé de Souza funda a cidade do Salvador.
- 1558- Mem de Sá, 3ª Governador geral chega à Bahia.
- 1563- Construção do engenho real no rio Sergipe.
- 1570- 18 engenhos na Bahia.
- 1572- Morre Mem de Sá.
- 1580- 40 engenhos no Recôncavo.
- 1590- 50 engenhos no Recôncavo.
- 1608- Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Recôncavo da Bahia.
- 1617- Morre o Conde de Linhares, Dom Fernando de Noronha.
- 1618- Morre a Condessa Dona Felipa de Sá.
- 1625- Invasão e destruição do engenho por parte dos Holandeses.
- 1666- Primeiros desmembramentos das paróquias e criação de vilas.
- 1667- Construção beneditina da Igreja de Santo Amaro.
- 1698- Criação das vilas de Cachoeira, São Francisco do Conde e Jaguaripe.
- 1700- Inauguração da nova matriz de Nossa Senhora da Purificação.
- 1726- Constam-se 36 engenhos às terras do Sergipe do Conde.
- 1727- Criação da vila de Santo Amaro.

Bibliografia

- (1). ANDREONI, João Antônio (Antonil). Cultura e opulência do século XVII.
- (5). BORGES DE BARROS, José. Petição do vigário..., In. Coleção de documentos, Arquivo do Estado da Bahia.
- MARCIS, Terezinha. Viagem ao Engenho Santana. Ilhéus, Editus, 2000.
- PAIM, Zilda. Isto é Santo Amaro. 3ª Ed. Salvador: Academia de Letras, 2005.
- (2). PINHO, Wanderley de. Testamento de Mem de Sá. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.
- RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo: Martins, INL, 1976.
- (4). SANTUÁRIO MARIANO. Tomo IX (Revista do Instituto geográfico e Histórico da Bahia, número 74).
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Francisco de Assis. História do Brasil 1 – colônia. 2ª Edição, São Paulo: Moderna, 1990.
- (3). TOMÁS PEDREIRA, Pedro. Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro. Brasília, Senado Federal, 1977.

Sobre o autor:



Denilson Conceição Santana (1972). Historiador, Escritor e Curador Brasileiro, natural de Cruz das Almas no Recôncavo Baiano. Fez estudos primários em Santo Amaro da Purificação onde passa a colaborar com estatutos de arte contemporânea, tendo vindo a realizar outros importantes estudos e exposições em Universidades e espaços não institucionalizados.

Bibliografia:

'Santo Amaro da Purificação – Fotografia e Memória, Séculos XIX e XX'. Ed. Faz da Conta, 2016.

Catálogos: 'Bienal do sertão de Artes Visuais. I e II. Ed. Faz de Conta/ MINC, 2015.

"Arte no Século XXI, o primeiro decênio". Ed. Faz de Conta/ Nueg-UEFS. 2011.

"S/ Arte. História, filosofia e procedimentos artísticos". Uefs. 2010.

"Poemas Reunidos". Ed. Faz de conta / Uefs, 2009.

"Barroco Dandy. Poesias". Ed. Faz de Conta, 2013

"Cruz das Almas minha cidade. Pictográfico I". Ed. Faz de Conta, 2012.

In.: Dicionário de autores baianos. Governo do estado da Bahia. Secretaria de cultura. 2006.



Mem de Sá. Desenho sob Óleo de Manuel Victor Filho.